

# A crise da cidade e a subversão LGBT+ no carnaval de rua de Belo Horizonte<sup>1</sup>

Carolina R. C. Nogueira, Raquel Garcia Gonçalves

**Carolina R. C. NOGUEIRA** é Mestra em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal de Minas Gerais; carol.rc.nogueira@gmail.com

**Raquel Garcia GONÇALVES** é Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ; Professora Escola de Arquitetura da UFMG; raquelgargon@hotmail.com.

## Resumo

O modo de produção capitalista que configura a cidade contemporânea conforma não apenas as políticas públicas, mas também as formas de vivência do espaço urbano, a partir da lógica da produtividade. Desdobram-se dois pontos, nesse contexto, importantes na perpetuação da crise da cidade, conceituada a partir de Lefebvre: a segregação de espaços e pessoas, e a relegação dos usos ligados ao ócio e ao prazer a segundo plano. O artigo discute, assim, a festa de Carnaval de Rua de Belo Horizonte/MG enquanto possível elemento transformador nas formas de uso e apropriação dos espaços públicos urbanos pela comunidade LGBT+, tomando-se como base as relações de poder relacionadas à cultura heteronormativa como impositora de padrões normativos, refletidos nas relações sociais e na cidade.

**Palavras-chave:** cidade. festa. espaço público. poder. heteronormatividade.

## Abstract

*The capitalist mode of production that configures the contemporary city shapes not only public policies, but also the forms of living in the urban space, based on the logic of productivity. Two points unfold in this context, which are important in the perpetuation of the crisis in the city, conceptualized from Lefebvre: the segregation of spaces and people, and the relegation of uses linked to leisure and pleasure in the background. Thus, the article discusses the Street Carnival party in Belo Horizonte/MG as a possible transforming element in the forms of use and appropriation of urban public spaces by the LGBT+ community, taking as a base the power relations related to heteronormative culture as an imposter of normative standards, reflected in social relations and in the city.*

**Keywords:** city. party. public place. power. heteronormativity.

## Resumen

*La ciudad contemporánea, configurada por el modo de producción capitalista, se ajusta no solo a las políticas públicas, sino también a las formas de experimentar el espacio urbano, basado en la lógica de la productividad. Se desarrollan dos puntos, en este contexto, que son importantes en la perpetuación de la crisis en la ciudad, conceptualizados desde Lefebvre: la segregación de espacios y personas, y la relegación de usos relacionados con el ocio y el placer en el fondo. Así, el artículo discute la fiesta de Carnaval Callejero en Belo Horizonte/MG como un posible elemento transformador en las formas de uso y apropiación de los espacios públicos urbanos por la comunidad LGBT+, tomando como base las relaciones de poder relacionadas con la cultura heteronorma-*

---

RODRIGUES CHAVES NOGUEIRA, Carolina; GONÇALVES, Raquel Garcia. A crise da cidade e a subversão LGBT+ no carnaval de rua de Belo Horizonte. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 114-131, dez. 2021

---

data de submissão: 01/06/2021

data de aceite: 27/09/2021

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, além do CNPq e da FAPEMIG.



tiva como executora de estândares normativos, refletidos en las relaciones sociales y en la ciudad.

**Palabras-clave:** ciudad. fiesta. espacio público. poder. heteronormatividad.

## Introdução: A festa

Embates na e pela cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, marcaram os fins da década de 2000, motivados pela insatisfação popular com a gestão municipal, e vieram a transformar as dinâmicas socioespaciais pelos anos subsequentes. A Praia da Estação foi um movimento surgido como reação ao decreto nº 13.798 de 09 de dezembro de 2009, assinado pelo prefeito Márcio Lacerda, que “Proíbe realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta capital”, no centro da cidade. O argumento disposto no texto relacionou “[...] a dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública decorrente da concentração e, ainda, a depredação do patrimônio público verificada em decorrência dos últimos eventos realizados na Praça da Estação [...]”. Justificada pelo entendimento de que tal proibição resultava em medida higienista e antidemocrática, de afastamento do cidadão das ruas e da própria cidade, uma manifestação através da ocupação da Praça da Estação foi organizada pela internet, conforme folder visto na Figura 1, sugerindo-se o comparecimento ao local com trajes e acessórios de praia. Como ficou conhecida, a Praia da Estação teve grande adesão, tendo se espalhado e perdurado, mesmo após enfrentamentos com a polícia e fiscalização pública. Na Figura 2, vê-se uma de suas edições, no ano de 2012.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://bhnao-lugares.blogspot.com/2010/01/prai-na-praca-da-estacao.html>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://terrorismobranco.wordpress.com/2012/02/06/a-prai-da-estacao-a-policia-e-a-cidade/>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

A década de 2000 dava indícios que parcela dos belo-horizontinos ansiava pelo uso dos espaços da cidade,



Figura 1, 2

Folder de chamamento para o debate em forma de manifestação cultural, sobre a proibição sancionada pelo Decreto nº13.798/2009; Praia da Estação, 2012

Fonte: Blog BH Não-Lugares<sup>2</sup>; Priscila Musa (2012)<sup>3</sup>

refletidos, entre outros, no surgimento de alguns blocos de carnaval. A Praia da Estação potencializou esse desejo, através do intuito de levantar pautas sobre o uso, ocupação e modo de produção do espaço, a partir de grupos culturais autogestionários, entre os quais destacam-se os blocos carnavalescos. Reforçado pelo conflito urbano, o movimento festivo, através das figuras dos primeiros blocos, se posicionou como crítico à condição urbana contemporânea, ganhando as ruas e novos adeptos a cada ano.

O fortalecimento da festa, a princípio, teve como raiz esse potencial político de debate pelo direito à cidade através da apropriação lúdica do espaço, contudo, as pautas se expandiram a vários conflitos socioespaciais contemporâneos: causas feministas, raciais e da comunidade LGBTQ+<sup>4</sup>, lutas de classes, territoriais, políticas, mobilidade urbana, habitação.

Esse contexto e as questões subjacentes a ele trouxeram inquietações desdobradas através de um recorte, dentre as muitas pautas debatidas pelos blocos e manifestações carnavalescas belo-horizontinas: o bloco Alô Abacaxi<sup>5</sup>. O bloco, autodenominado movimento cultural e manifestação carnavalesca, se guia pela busca por uma ocupação democrática da cidade por meio da leveza do Carnaval, usando, em tom lúdico, as frutas para representar a diversidade que compõe o cenário urbano. A bandeira levantada pelo Alô Abacaxi, associada ao seu ideal de diversidade, gira, principalmente, em torno do apoio à causa LGBTQ+, e intenta se posicionar contra o padrão social imposto pela cultura heteronormativa.

Assim, a partir de reflexões sobre esse bloco, o presente artigo discute a festa de Carnaval de Rua de Belo Horizonte/MG enquanto possível elemento transformador nas formas de uso e apropriação dos espaços públicos urbanos pela comunidade LGBTQ+, tomando-se como base as relações de poder relacionadas à cultura heteronormativa como impositora de padrões normativos, refletidos nas relações sociais e na cidade.

## Espaço público e direito à cidade

Qual seria o conceito e a função da rua, enquanto espaço público? Seria ela de livre acesso a todos os cidadãos de determinada área urbana? Seria de igualitário usufruto por qualquer habitante? É realmente necessário esse tipo de questionamento? A rua é tratada como local de circulação de pessoas, mercadorias, serviços. É por onde se desloca desde casa ao trabalho, onde os automóveis ganham preferência, por

<sup>4</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Optou-se por convencionar, no texto, o uso da sigla LGBTQ+ em referência ao movimento LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bi, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli e mais), que também pode aparecer, em outras referências, com siglas diferentes, maiores e mais complexas.

<sup>5</sup> Situa-se a importância do bloco Alô Abacaxi como já tradicional bloco do Carnaval de Belo Horizonte, a partir de alguns dados (BLOCO ALÔ ABACAXI, 2020): 9º lugar no ranking de blocos de Carnaval nas redes sociais; maior engajamento de público entre as páginas do Facebook; 12,5 mil seguidores no Instagram; crescimento de público nos cortejos de Carnaval (10.000 pessoas, em 2017; 50.000, em 2018; e 90.000, em 2019, 200.000 em 2020); Prêmio de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ 2018, pelo Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (Cellos) – Contagem, Minas Gerais.

onde se distribuem usos e práticas que perpetuam o modo de produção capitalista. A rua é vista como espaço racionalizado, prestada para garantir eficiência e deslocamentos produtivos.

A vida contemporânea se vê subordinada ao capitalismo, no qual os corpos são racionalizados e dominados, o trabalho é mercadoria, e a produtividade é a palavra de ordem. Apesar dessa definição dominante de mero mecanismo de acessibilidade, de comunicação entre pontos, de regulação de fluxos, de acordo com Delgado (2014) as ruas são uma instituição social pautada por relações essenciais para o funcionamento da sociedade como um todo. O autor defende a rua e os espaços públicos enquanto lugares de encontro, visto que são onde se une as experiências de dentro e fora, do próximo e do estranho, entre a casa, enquanto lar, e tudo que é alheio à experiência privada. A rua é, ou deveria ser, o lugar compartilhado, coletivo, público, de livre acesso.

O entendimento e tratativa dos espaços públicos na contemporaneidade como lugares de produtividade foram sendo conformados ao longo do tempo, a partir do desenvolvimento das cidades e de seu processo de urbanização, como debatido por Rolnik (1995, 2015). A concentração de pessoas no que passou a ser entendido como espaço urbano, ao contrário da vida no campo, implica numa vivência coletiva, o que pressupõe, por consequência, uma dimensão pública conformada na figura de um poder urbano, responsável pela organização e gestão do território. A existência dessa figura de poder resulta na diferenciação social na qual de um lado se localiza o detentor da autoridade político-administrativa da cidade, e, de outro, seu habitante, que participa de alguma forma da vida pública, mesmo que essa participação se resuma à submissão a regras e regulamentos.

O surgimento da burguesia, a partir do desenvolvimento da economia mercantil no século XVI, e, posteriormente, da cidade-Estado, direciona o poder urbano, cada vez mais, para os grupos detentores de riquezas e fortunas acumuladas. O surgimento do Estado enquanto poder centralizado foi vinculado à emergência do capitalismo, o que interfere diretamente na vida cotidiana e no espaço da cidade. A lógica capitalista torna-se parâmetro na condução da gestão e política de ocupação da cidade, o que foi potencializado, posteriormente, pela industrialização, debatida por Lefebvre (2011) como motor de transformações da sociedade, induzindo problemas relativos ao crescimento e à planificação dos espaços, a que o autor trará de

“problemática urbana”. A grande demanda por mão-de-obra industrial corrobora com a explosão populacional nas cidades, reforçando o caráter heterogêneo da sociedade e impulsionando o processo de urbanização racionalizada pelos planos urbanos. Lefebvre (2011) sugere que o duplo processo que relaciona a industrialização e a urbanização caracteriza um ponto crítico na história das cidades e da sociedade, ao qual denomina de *crise da cidade*.

O processo histórico de conformação da cidade reforçou a constante diferenciação entre classes através da divisão do poder e das funções no espaço urbano, provocando a conformação do que conhecemos como segregação espacial. Cercas visíveis e invisíveis dividem a cidade nas mais diversas categorias, como classe, raça, gênero, orientação sexual, que culminam, inclusive, na desigualdade de tratamento por parte dos detentores do poder urbano. As diferenças de posição social são explicitadas não só no espaço físico, denotadas pela forma e localização das moradias ou pelo tipo de transporte utilizado na circulação, mas também são expressas no modo de vestir, na gestualidade, na atitude, nas relações sociais, na cor da pele.

O conflito da problemática urbana, de acordo com Lefebvre (2011), se relaciona a conceitos aos quais o autor denomina como valor de uso e valor de troca. A cidade, enquanto obra, é o centro de vida social e política, que não acumula apenas riquezas, mas também conhecimentos, técnicas, arte. A obra depende do valor de uso, que se relaciona a um investimento improdutivo na cidade, diretamente contrastante com o valor de troca imposto pela mobilização da riqueza e acumulação do capital. A burguesia e o crescimento econômico substituem a obra pelo produto: a orientação na direção do capital, do comércio, dos produtos tende a subordinar a cidade e a realidade urbana enquanto obra.

Ainda por Lefebvre (2011), o valor de troca, mesmo que suprima as necessidades elementares, não satisfaz as aspirações, o uso dos lugares, a força das diferenças. “O urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 2011, p. 85). A crise da cidade, segundo o autor, se mostra na fragmentação: do espaço, do urbano, da vida cotidiana em trabalho-transporte-vida privada-lazer, do ser humano desmembrado nos sentidos/ percepção/ inteligência/ razão. Mas o urbano enquanto conceito, aliado ao pensamento, à imaterialidade intrínseca à

materialidade da cidade, ainda persiste no conflito. Superar a crise da cidade a partir da fusão destes inúmeros fragmentos só seria possível, de acordo com o autor, a partir da vida e das relações comunitárias, da prática urbana, do entendimento das necessidades sociais, que são:

[...]opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. [...] Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. (LEFEBVRE, 2011, p. 105)

A crise da cidade é acompanhada pela visão de produtividade em função do acúmulo de capital, inserida como regra, que toma como relevante apenas o tempo útil e produtivo, sendo o tempo do ócio, do lazer, relegado ao segundo plano e ao julgamento da ineficácia. É tolerável, como coloca Delgado (2014), que se desenvolvam formas de ócio “previsíveis e amáveis”, quase sempre associadas a práticas de consumo, e até mesmo excepcionais usos festivos da rua, desde que devidamente monitorados pelas autoridades. Assim sendo, é justamente dos usos improdutivos da cidade, aqueles que subvertem às lógicas do capital, da urbanização, da industrialização, elementos estes que alimentam a crise, que Lefebvre (2011) conceitua o Direito à Cidade como um direito à vida urbana transformada enquanto valor de uso, que busca transcender a cotidianidade, fugir da cidade deteriorada e não renovada, da vida urbana fragmentada e alienada. É um direito no qual o espaço urbano é voltado à fruição plena, aos locais de encontros e trocas, à apropriação em contraposição à cidade do lucro, da mercadoria e da passagem (da visita, da segregação do sujeito “indesejado”), aos ritmos de vida que permitam o uso inteiro dos momentos e locais. É o direito à liberdade, à individualização na socialização, à obra como atividade participante. A sugestão política de Lefebvre (2011) se baseia em idealizar e reinventar uma cidade alternativa, menos alienada, mais significativa e divertida, a partir do caos e da segregação impostos pelo capital. A cidade é importante elemento de luta política, social e de classe, vistas as possibilidades de organização e ação sobre o *urbano*, como conceito em Lefebvre, que pode permitir o rompimento com a normatividade imposta e possibilitar o imprevisível.

## Poder e sexualidade

A lógica de racionalidade e de produtividade do modo de produção capitalista, no qual se embasa a atuação do poder urbano, guia as intervenções estatais na cidade dominada pelo capital, reforçando a segregação espacial ao preterir certas áreas/pessoas em função de outras, induzindo à sociedade modelos de cidade e cidadão impostos como regra. O poder urbano, na figura do Estado (e do capital), tem a capacidade de conformar modelos, controlar os cidadãos, intervir nas contradições e conflitos da cidade. Isso faz com que certos grupos sociais, certos modos de vida, sejam rotulados com estigmas negativos, em comparação com o modelo “normal” e aceito de cidade, de casa, de pessoa. Dentre as normas estabelecidas, tem-se a sexualidade determinada enquanto padrão ou desvio.

Apesar do aparente entendimento de que a heterossexualidade enquanto conceito sempre tenha existido, de acordo com Santos (2013) o termo passou a ser utilizado apenas a partir do século XIX. O assunto foi tratado por Foucault (1988), que trouxe o entendimento de que a sexualidade humana é regulada pela própria maneira que os discursos são construídos, que produzem as “verdades” e as promulgam. Diversos estudos demonstram que a sexualidade, além de ser conformada cultural e socialmente, também é um dispositivo histórico de poder. Dispositivo, segundo Foucault, é:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2013, p. 364)

Este entendimento contribui para a compreensão de que a sexualidade humana não possui uma razão natural de ser, mas foi, e segue sendo, conformada pela reprodução de discursos, sejam eles religiosos, médicos, científicos, populares, que se disseminam na cultura, são repetidos e apropriados, e se conformam em fato social inquestionável, tamanho o poder da linguagem. Essa concepção do poder envolvido das relações de gênero e de sexualidade permite vislumbrar a construção discursiva que compôs a norma heterossexual e resultou na homofobia e outras discriminações de sexualidade e gênero, daquilo que foge à regra, em contraposição de um dominante que segue sendo, hegemonicamente, masculino, branco, heterossexual.

A ordem social, no ocidente, foi fundamentada através desse dispositivo da sexualidade que conformou o conceito de heteronormatividade (WARNER, 1991), que deriva do pressuposto histórico da heterossexualidade como natural, como fundamento da sociedade, e expressa as expectativas, demandas, obrigações sociais, que embasam os processos de regulação e controle voltados àqueles que se caracterizam pela diferença, ou seja, que não se enquadram na normatividade socialmente aceita. A heteronormatividade supõe a criação e formação de todos para serem heterossexuais, ou para seguirem um modelo de vida a partir do “coerente, superior e natural” modelo heterossexual.

Como seres sociais, estamos vinculados ao outro durante todo o tempo, e somos também moldados por aquilo que nos impõe nossa cultura. Assim, o entendimento da heteronormatividade, preconizado pelo sistema capitalista, nos é dado e imposto desde o nascimento e em toda a nossa formação social, criando uma consciência coletiva, que, por estar intrínseca enquanto norma, se perpetua. O modelo capitalista de sociedade não questiona as desigualdades sociais estruturais, e esse jogo de poder segue beneficiando os mesmos poderosos através da manutenção do status quo.

A heteronormatividade conforma não apenas os modos de pensar, mas também os comportamentos expostos na cidade, através do olhar social julgador daquilo que é diferente do “natural”, arraigado na cultura, mesmo que, muitas vezes, de modo inconsciente. A vida urbana, como reflexo da cultura, expõe, na cidade, as conformações derivadas da heteronormatividade. Casais homoafetivos, gays, lésbicas, pessoas trans, travestis, e outras pessoas/relações que não se enquadram no “modelo”, não se expressam livremente no espaço público, não sem olhares (e/ou discursos) de curiosidade, julgamento ou repressão. Muitas vezes acabam se agrupando em guetos, frequentando festas e estabelecimentos voltados ao público LGBTQ+, ou partes da cidade já historicamente “ocupadas” ou “pertencentes” a essa parcela da população. A cidade, tal como é produzida, não permite uma ocupação e usufruto igualitários, sendo o senso de justiça social inibido pelo modelo heteronormativo conformado, limitando a experiência urbana.

Souza (2000) conceitua *território* como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. É possível, assim, sinalizar que o território urbano reflete a relação de poder em que predomina

a dominação, individual e coletiva, do heterossexual. O estigma carregado por todos aqueles que diferem do molde da heterossexualidade é de comportamento desviante, justamente por transgredirem as regras aceitas e compactuadas pela consciência coletiva que rege a sociedade, perpassando por entendimentos morais, de conduta, de comportamento. No modelo capitalista de sociedade, então, os dominantes controlam, além dos meios de produção, também aparelhos políticos e ideológicos que alimentam e difundem ideologias e doutrinas que lhes são favoráveis, tendo em vista o manutenção do seu poder. Entende-se, assim, a existência de uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989) sobre os estigmatizados por parte dos “normais”, ou seja, os que mais facilmente se incluem nas normas ditadas pela consciência coletiva e, portanto, detentores desse tipo de poder simbólico que os tornam aceitos perante a sociedade.

## Subversão

Entendendo o espaço urbano enquanto território permeado por relações de poder, Lefebvre (2011) sugere propostas para mudanças subversivas da prática social cotidiana, necessárias para romper os modelos na direção de novas possibilidades de valor de uso, de modo a transcender a crise da cidade: a *feira* aparece enquanto atividade improdutiva, voltada ao prazer, à experiência coletiva, passível de corromper a normatividade cotidiana e a produtividade em detrimento do ócio.

Retorna-se, então, ao recorte espaço-temporal do presente estudo, o Carnaval de Rua de Belo Horizonte, entendido enquanto festa no conceito de Lefebvre (2011). O bloco Alô Abacaxi<sup>6</sup> foi escolhido como ponto de observação sobre a comunidade LGBTQ+, objeto do estudo. Surgido no ano de 2016, entre um grupo de amigos de Belo Horizonte/MG, o bloco trouxe a proposta, segundo consta em seu portfólio, de intervir e dinamizar a rotina da cidade de Belo Horizonte (BLOCO ALÔ ABACAXI, 2020), com valores e pautas que propõem *desengessar* o cotidiano, levantando a bandeira em favor dos direitos LGBTQ+ e defendendo a cidade enquanto um elemento democrático de encontros e trocas, onde os corpos sejam livres para exercer sua individualidade.

Ainda que com a finalidade central de ser um bloco carnavalesco, que se organiza para estar nas ruas durante esse período festivo, o Alô Abacaxi sempre trouxe o desejo de ser um movimento de ocupação da cidade. Traz como inspiração a Tropicália, movimento

<sup>6</sup> Observa-se que, no ano de 2020, o bloco passou por uma reestruturação e atualmente atende por Abalô-Caxi.

político e cultural de fins da década de 1960. Segundo Hollanda e Gonçalves (1982), o tropicalismo associa-se a ideias de rebeldia que vão além da revolução social, concebendo a política enquanto problemática cotidiana “ligada à vida, ao corpo, ao desejo, à cultura em sentido amplo” (HOLLANDA; GONÇALVES, 1982, p.66). A energia de existência do Alô Abacaxi se orienta não apenas pela estética musical e visual trazida pela Tropicália, mas principalmente pela quebra de barreiras, pela subversão do comportamento, do corpo, do sexo, do vestuário, pelo questionamento dos padrões culturais impostos. Seu nome visa sintetizar essa proposta: “Alô” representa a chamada ao diálogo, à construção coletiva, enquanto “Abacaxi” simboliza os desafios e preconceitos que ainda precisam ser “descascados”, ou subvertidos.

O trabalho do Alô Abacaxi envolve o preparatório para os cortejos carnavalescos e a participação em eventos da cidade e da pauta LGBTQ+. O grupo não conta com uma sede, e costuma realizar parcerias com outros espaços que ofereçam algum tipo de estrutura, como o CRJ – Centro de Referência da Juventude, ou a Ocupação Pátria Livre, na favela Pedreira Prado Lopes, ligada ao Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD). Ambos espaços abrigam, com frequência, reuniões ou atividades como oficinas e ensaios do bloco.

Todos os anos, são oferecidas oficinas de musicalização gratuitas, que acontecem, geralmente, a partir do segundo semestre, em espaços de livre acesso, como os supracitados, ou espaços públicos variados, principalmente pela região central da cidade, visando a maior acessibilidade possível. Também são oferecidos ensaios em conjunto com a *Bandacaxi*, que toca as músicas do repertório do bloco e explicita seu discurso. Outras atividades, também abertas e gratuitas, são oferecidas, como oficinas de cenografia para compor os cortejos de carnaval, ou aulas de defesa pessoal para LGBTQ+’s. A convocatória para a bateria de percussão é realizada de forma aberta, anualmente, e para compor o grupo basta participar das atividades oferecidas. No ano de 2020, a bateria do Alô Abacaxi contou com cerca de 100 membros. O preparo e capacitação da bateria são realizados pelos próprios organizadores do bloco. Todos participam, juntos, dos cortejos e de outras festividades da cidade, como a Parada do Orgulho LGBTQ+, a Festa da Visibilidade, a Caminhada Lésbica e a Caminhada Trans.

Atualmente, o grupo é auto gerido por dezesseis pessoas, que se dividem em frentes como Produção, Ba-

teria, Banda, Comunicação, Financeiro, Cenografia, além de estar desenvolvendo uma equipe de produção e edição de vídeos e outra de acompanhamento e captação de editais de incentivo à cultura.

O bloco vem se tornando conhecido por propor ações, nas ruas e por meio da festa, de momentos, performances, intervenções em prol de uma ocupação do espaço mais justa, dando visibilidade a grupos cujo histórico urbano é associado à repressão, violência, invisibilidade. No ano de 2018, por exemplo, foi realizado um casamento homoafetivo, celebrado na Av. Augusto de Lima, no centro da cidade, em frente à Igreja de São Sebastião, como se vê na Figura 3. No ano de 2020, a vocalista do bloco propôs casamento à sua namorada (Figura 4), durante uma intervenção na Praça Sete, marco zero da cidade de Belo Horizonte. Já na Figura 5, o vocalista do bloco, um homem gay, apresenta a música “Não Recomendado”, de Caio Prado, cuja letra apresenta versos como “[...]A placa de censura no meu rosto diz: Não recomendado à sociedade! [...]Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado! [...]”

Esse tipo de manifestação pública é importante para reforçar a representatividade que, muitas vezes, falta às pessoas LGBTQ+. A união civil homoafetiva, por exemplo, foi declarada legal pelo Supremo Tribunal Federal apenas em 2011. Em 2013, de modo a evitar as possíveis resistências encontradas nos cartórios, o Conselho Nacional de Justiça publicou uma resolução que, além de permitir o registro de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, proíbe que o órgão se recuse a fazê-lo.<sup>7</sup> Ainda assim, não há lei aprovada que legisle sobre a permissão do casamento LGBTQ+ no país. Manifestações públicas como as supracitadas, frente a dezenas ou centenas de milhares de pessoas, reforçam o direito público garantido, como se dizendo “nós existimos, somos capazes de amar, queremos criar família e laços afetivos”. Também o tom de denúncia da música apresentada, “Não recomendado”<sup>8</sup>, é relevante ao delatar uma sociedade que ainda recrimina e censura corpos LGBTQ+.

O discurso e as ações do Alô Abacaxi nas redes sociais, shows, aparições públicas, trabalha o empoderamento, libertação e apoio à causa LGBTQ+, e o bloco se transforma em espaço seguro para essas pessoas, que aparentam manifestar mais livremente suas identidades e formas de amor. Como metodologia de análise, utiliza-se do conceito de que os territórios são “relações sociais projetadas no espaço” (SOUZA, 2000, p. 87), conformados em escalas espaciais e temporais diversas, e indica-se o Bloco Alô Abacaxi como um

<sup>7</sup> FARIA, Flávia. *Casamento gay não é lei, mas é direito garantido pela justiça; entenda*. Folha de São Paulo. São Paulo. 05.nov.2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/casamento-gay-nao-e-lei-mas-e-direito-garantido-pela-justica-entenda.shtml>. Acesso em 27 de abril de 2020.

<sup>8</sup> A letra completa da música em questão, diz: Uma foto, uma foto. | Estampada numa grande avenida. | Uma foto, uma foto. | Publicada no jornal pela manhã. | Uma foto, uma foto. | Na denúncia de perigo na televisão. | A placa de censura no meu rosto diz: | Não recomendado à sociedade. | A targa de conforto no meu corpo diz: | Não recomendado à sociedade. | Pervertido, mal amado, menino malvado, muito cuidado! | Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!



Figura 3, 4, 5  
 Casamento realizado no Cortejo Alô Abacaxi, em 2018; Pedido de casamento no Cortejo Alô Abacaxi, em 2020; Vocalista do Alô Abacaxi em performance da música "Não recomendado", de Caio Prado  
 Fonte: Paula Molina (2018); Cadu Passos (2020); Henrique Sander (2019)

território flexível da comunidade LGBT+ na cidade. O conceito de território flexível é trabalhado por Souza (2000), e abarca territórios que se conformam e dissipam rapidamente, com existência periódica, mesmo mantida a espacialidade material. Principalmente durante os cortejos, que reúnem toda a equipe de organização, os membros da bateria, foliões, o espaço ocupado, seja ele qual for, é tomado por uma influência desse público LGBT+, podendo ser constituído enquanto território de limites instáveis, variáveis durante o cortejo, ou a cada ano, ou em outros momentos nos quais esse coletivo se ocupa da cidade.

O trabalho realizado pelo Alô Abacaxi aparenta refletir na transformação do espaço da cidade nessa conformação de território flexível, evidenciada através de certa liberdade de manifestação experienciada não só



Figura 6, 7

Juhlia Santos e Cristal Lopez, mulheres trans, respectivamente porta-estandarte e rainha de bateria do Alô Abacaxi; Discurso proferido por integrante do coletivo de homens trans *Mascucetas*, no Cortejo Alô Abacaxi 2020;

Fonte: Paula Molina (2019); Cadu Passos (2020)

por seus proponentes, mas pelo seu público. São notadas, com frequência, demonstrações de afeto entre pessoas do mesmo sexo; pessoas trans ou que, de alguma forma, questionam a binaridade de gênero; pessoas que demonstram sua sexualidade com orgulho, entre outros tipos de manifestações, como pode ser exemplificado entre a Figura 6 e a Figura 9.

Ao tratar com normalidade as relações e os corpos LGBT+, aquele território flexível aparenta subverter as relações de poder que dominam esse espaço público, visto que, de modo geral, não se veem pessoas trans em posições de destaque ou liderança, a demonstração pública de afeto entre pessoas LGBT+ costuma ser comedida, bem como as performances questionadoras de gênero, devido ao temor das represálias enfrentadas cotidianamente.



Figura 8, 9  
 Foliões e batuqueiros no cortejo Alô Abacaxi 2020, utilizando-se das cores da bandeira LGBTQ+, simbolizada pelo arco-íris; Cortejo Alô Abacaxi 2020  
 Fonte: André Paiva (2020) nas duas primeiras imagens e Mage Monteiro (2020), na última imagem; Ronaldo Alves (2020)

### Memórias, experiências, sentimentos, sensações...

Vivências do público LGBTQ+ com o Carnaval de Rua de Belo Horizonte foram cartografadas enquanto parte da dissertação de mestrado de uma das autoras deste artigo (NOGUEIRA, 2021) e publicadas na página na rede social Instagram, denominada Diversidade Carnavalizada.<sup>9</sup> A experiência narrada sobre o bloco Alô Abacaxi é complementada através das narrativas de memórias e percepções de foliões, membros de bateria, produtores, organizadores, artistas. A experimentação de uma outra realidade, paralela à vivida no cotidiano por pessoas LGBTQ+, faz parte dessa vivência carnavalesca, na qual a expressão de sexualidades e de gêneros é vivida mais plenamente. A sensação de

<sup>9</sup> DIVERSIDADE CARNAVALIZADA. Perfil oficial na rede social Instagram. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/diversidadecarnavalizada/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

liberdade é recorrente e aponta para maior flexibilidade nas formas de expressão, sejam elas relacionadas às demonstrações públicas de afeto entre pessoas do mesmo sexo ou a outras performances ou identidades de gênero. Cristal Lopes, rainha de diversos blocos de rua de Belo Horizonte, relata em sua narrativa sobre o cotidiano de violências sofridas: “Eu me lembro da primeira vez que saí na rua de roupa de mulher, meus vizinhos da minha rua me jogaram ovo [...] Ocupar essa cidade como uma pessoa trans negra é muito difícil, as pessoas não me querem onde elas estão” (CRISTAL LOPES, 2021, *on-line*, relato em instagram). Contudo, a experiência vivida por ela no Carnaval de Rua é oposta: sua luta é enaltecida, e sua vida é reconhecida; e, segundo a mesma, atualmente é rainha dos blocos Angola Janga, Garotas Solteiras, Alô Abacaxi, Magnólia e Truck do Desejo, desfilando entre a bateria e tendo lugar de destaque nos cortejos, sendo exaltada e valorizada.

Viver o Carnaval de Rua é experimentar uma realidade paralela, outra temporalidade, onde há sensação de liberdade e respeito, como se a rua fosse de todo mundo de verdade, sem medo de ser quem se é. O momento traz leveza às relações com a cidade, que se torna mais permissível às possibilidades de vivência, pertencimento e visibilidade. A tudo isso soma-se o desejo de que essa realidade possa transpassar os limites da festa, da fantasia, o desejo de pertencer à cidade, à sociedade. Ana Paula Vargas (2021, *on-line*, relato em Instagram) fala de um “mapeamento simbólico da cidade”, onde os pontos de ensaios, shows e cortejos se tornaram reconhecíveis e transformados: “Me libertei de medos, conheci o pertencimento a um grupo e lugar, me permiti estar nos locais públicos me sentindo segura por estar cercada de meus iguais. Finalmente as ruas deixaram de ser lugar de estranhamento para ser lugar de conquista de espaços para mim” (ANA PAULA VARGAS, 2021, *on-line*, relato em Instagram). Reconhecer-se na cidade em que se vive, poder pertencer a espaços, fazer dos espaços públicos mais que lugar de passagem, direciona-se à busca por um direito à cidade. Para Ana Paula (2021, *on-line*, relato em Instagram), “como mulher cisgênero LGBTQ+, andar pela cidade sempre foi uma experiência de tensão, medo e alerta. O único objetivo era sobre o deslocamento nas ruas”. Viver o Carnaval transformou essa experiência urbana ao proporcionar pertencimento aos espaços públicos urbanos.

A gente ocupa o espaço público quando a gente tá no cortejo, quando a gente tá construindo o ensaio, quando a gente tá construindo o Carnaval, para passar uma mensagem, né, para contar uma história que

é invisibilizada, que é excluída, que não é normalmente a história que é contada, pra gente disputar também uma narrativa de leitura da sociedade (GISSELLE MAIA, 2021, on-line, relato em Instagram).

Como narrado por Giselle Maia (2021, *on-line*, relato em Instagram), ocupar os espaços públicos da cidade é contar outra narrativa, outra leitura, de histórias (e corpos) que não são contempladas nos relatos oficiais, hegemônicos. A resistência e a luta, tão presentes em tantas falas, dizem respeito não só ao direito individual de exercer uma sexualidade, uma identidade de gênero, mas, também, normatizar esses corpos e relações, mostrá-los à sociedade, contar sobre sua invisibilização.

## Considerações finais

A experiência e vivência do carnaval, no contexto do bloco Alô Abacaxi em Belo Horizonte, denotam um espaço que é físico, mas também temporal, onde/quando os corpos se manifestam com mais liberdade, onde/quando a exposição do desejo não é reprimida, onde/quando os gêneros se confundem e são mais livres para se expressar: daí sua configuração enquanto território flexível que, apesar de prioritariamente definido pela heteronormatividade, naquele momento, a coerção parece mais branda. Pelo prazer da festa na vivência da cidade, pressupõe-se que exista uma movimentação em direção à busca pela experiência coletiva conformadora de um direito à cidade, supostamente negado como usufruto àqueles que não estão condicionados à normatividade social produzida, refletida no urbano.

É interessante notar a dimensão de conflito: um cortejo carnavalesco, que exalta as lutas e a comunidade LGBTQ+, territorializa temporariamente um espaço que, em outros momentos, discrimina aquele mesmo público. Por algumas horas, esse território é usado e apropriado por pessoas que, em outros momentos, não se expressam com semelhante liberdade. O território flexível é um conceito que denota, claramente, ser definido muito mais pelas relações sociais e de poder sobre determinado espaço do que especificamente por sua materialidade.

O modelo de cidade em que vivemos é guiado por um sistema de poder que delimita normas nas quais moldes de sexualidade e de gênero que não se enquadram são dados enquanto inexistentes ou invisibilizados. Tais normas retratam a maneira com que os corpos podem aparecer no espaço público, como os espaços públicos e privados se distinguem, e como

essa distinção é utilizada a favor da política sexual, que reflete na criminalização, mesmo que não institucional, de determinadas práticas sexuais, na violência urbana (e até policial) para com este grupo, no não reconhecimento de relações íntimas e de parentesco. As normas sexuais e de gênero condicionam quem vai ser reconhecível perante à sociedade.

Um conjunto de corpos reunidos em público se trata de uma presença política que exercita uma demanda corporal, segundo Butler (2018, p. 32), por um “conjunto de vidas mais vivíveis”. Logo, a ocupação lúdica pela festa, como atividade improdutiva pelo prazer, em nome do valor de uso da cidade, de algum modo subverte a relação normativa referente ao gênero e à sexualidade, conforme se busca demonstrar através do estudo relativo ao bloco Alô Abacaxi, no Carnaval de Rua de Belo Horizonte. Essa subversão pode refletir uma sinalização de abrandamento, mesmo que naquele recorte de espaço e de tempo, do domínio de coerção imposto pela heteronormatividade. Nesses momentos em que a subversão acontece, o espaço ocupado se transforma em território flexível, tomado por um conjunto de corpos LGBTQ+ que, unidos, compartilham de um objetivo comum, expressam sua existência plural no espaço público, demandam reconhecimento, exercitam liberdade, reivindicam uma vida que possa ser vivida.

## Referências

BH NÃO LUGARES. Disponível em: <http://bhnaolugares.blogspot.com/2010/01/praiia-na-praca-da-estacao.html>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

BLOCO ALÔ ABACAXI. *Alô Abacaxi*. Belo Horizonte: [s.n.], 2020.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução, Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução, Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DECRETO Nº 13.798, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2009/1380/13798/decreto-n-13798-2009-proi-be-relizacao-de-eventos-de-qualquer-natureza-na-praca-da-estacao-nesta-capital-2010-05-04-versao-compilada>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

DECRETO Nº 13.960, DE 4 DE MAIO DE 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2010/1396/13960/decreto-n-13960-2010-revoga-o-decreto-n-13798-de-09-de-dezembro-de-2009>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

DELGADO, Manuel. *El derecho a la calle*. In: Col·lectiu Repensar Bon Pastor. *Repensar Bon Pastor*. Barcelona: Virus, 2014. p. 218-230.

FARIA, Flávia. *Casamento gay não é lei, mas é direito garantido pela justiça; entenda*. Folha de S. Paulo. São Paulo. 05.nov.2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/casamento-gay-nao-e-lei-mas-e-direito-garantido-pela-justica-entenda.shtml>. Acesso em 27 de abril de 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. / Michel Foucault; tradução, Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 26. ed. São Paulo: Edições Graal, 2013.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo, Brasiliense, 1982. (Col. Tudo é História nº41).

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

MAGNO, Túlio. *A Praia da Estação, a polícia e a cidade*. Disponível em: <https://terrorismo-branco.wordpress.com/2012/02/06/a-praia-da-estacao-a-policia-e-a-cidade/>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

NOGUEIRA, Carolina R. C. *Diversidade carnalizada: experiência e luta LGBTQ+ na e pela cidade*. 2021. 140f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Daniel Kerry dos. *As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia*. Rev. Epos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2013.

SAYÃO, Sandro Cozza. *Sexualidade e Poder: Uma análise sobre a negação do sensível e do prazer em Nietzsche e Foucault*. REU, Sorocaba/SP, v. 39, n. 1, p. 185-199, jun. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; CÔRREA, R. L.; GOMES, P. C. C. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

WARNER, Michael. *Introduction: Fear of a Queer Planet*. Social Text, No. 29 (1991), pp. 3-17.